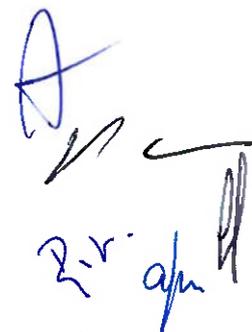




**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE
2021**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021



I - INTRODUÇÃO

A Direção apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Atividades de 2021 e as respetivas contas do exercício, dando cumprimento ao estabelecido na alínea d), do artigo 37º dos estatutos da Câmara.

Estes documentos correspondem à atividade desenvolvida pela Direção no último ano de mandato, refletindo a continuidade da estratégia que foi definida e sufragada eleitoralmente para o triénio.

A atividade da Câmara, à semelhança do que acontecera em 2020, foi naturalmente muito condicionada pela continuação dos efeitos da pandemia ao nível da realização de algumas atividades previstas, com impactos também a nível financeiro.

O ano de 2021 continuou a ser marcado pela incerteza devido à pandemia, principalmente durante o 1º semestre, que se caracterizou por significativas restrições ao funcionamento da atividade das empresas, designadamente em alguns setores e localidades, como foram os casos das cercas sanitárias a Rabo de Peixe e Ponta Garça. No 2º semestre, registou-se uma retoma da atividade, tendo, contudo, no final do ano (novembro e dezembro) havido a reativação da pandemia, com a proliferação de uma nova variante denominada de Ómicron, situação que se prolongou ao longo do início de 2022.

O relatório procura dar a conhecer a posição da Direção perante a evolução dos diferentes ciclos da pandemia ao longo do ano, que exigiram a adaptação da atuação às condições específicas em cada momento. Nesse sentido, procurou-se datar algumas das intervenções, para um melhor enquadramento das mesmas.

O ano de 2021 foi também muito caracterizado por fortes constrangimentos para as empresas, do lado da oferta, que colocaram em risco a recuperação da pandemia, provocados por um conjunto de fatores, designadamente pelo aumento significativo de custos das matérias-primas, da inflação, dos combustíveis, para além da disfunção nas cadeias logísticas.

Este relatório mantém a inclusão de atividades e intervenções a nível da CCIA, quando estiveram em causa temas de âmbito regional e se registou consenso entre as respetivas associadas. Possibilita-se desta forma que os associados tenham um conhecimento global do trabalho da Direção, uma vez que a Câmara manteve uma participação ativa na

A
N
L
apm
P.r.

conceção, planeamento e organização das iniciativas daquela associação. A presidência da CCIA foi assegurada em 2021 pela CCIPD.

Este relatório encontra-se dividido, para além desta nota introdutória, em 3 capítulos: um com uma breve caracterização e enquadramento socioeconómico (II); outro com a intervenção transversal e estratégica da Direção (III) e um outro refletindo o trabalho das áreas funcionais da Câmara, com a intervenção e supervisão da Direção (IV).

II – ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO

Após uma contração global de 3,4% em 2020, decorrente da pandemia, a economia mundial apresentou em 2021 um crescimento do PIB estimado em cerca de 6%. Salientam-se os aumentos estimados para os EUA (5,4%, em 2020 - 3,4%), para a zona Euro (5,1%, em 2020 - 6,5%), enquanto designadamente a China (8,3%) e a Índia (9,2%) registaram um crescimento superior.

A inflação apresentou uma trajetória ascendente, tendo como principal impulsionador os elevados preços da energia e os estrangulamentos globais. Nos EUA estima-se que a inflação foi de 4,6% e na zona Euro de 2,6%.

A nível nacional, conforme informação do INE, em 2021, o “PIB registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4%, em 2020”, refletindo os efeitos adversos da pandemia. Para este aumento, a procura interna deu contributo positivo significativo, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. Do lado da procura externa líquida, registou-se um contributo bastante menos negativo, com crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

Nos Açores, o Indicador de Atividade Económica (IAE), indicador que pretende retratar o estado geral da economia e não medir a variação do PIB, apresentou uma muito significativa variação, com o valor negativo máximo em fevereiro (-3,7%) e o máximo positivo em setembro (12,5%), refletindo a “situação anómala vivida em 2020, como resultado da pandemia e pelo facto de os cálculos terem como base a variação em relação ao mês homólogo do ano anterior”, conforme refere o SREA.

A taxa de desemprego constitui um indicador relevante em termos socioeconómicos, tendo-se situado em 7,2% em 2021, quando o valor registado em 2020, fora de 6,2%. Salienta-se que a taxa de desemprego a nível nacional foi de 6,6%. Os Açores registaram uma taxa de desemprego apenas inferior à da Madeira (7,9%) e à do Algarve (8,2%).

Relativamente aos transportes aéreos, registou-se uma variação positiva de 85,1% do número de passageiros desembarcados em relação a 2020, mas negativa em 30,5% em relação a 2019. Salienta-se que Santa Maria foi a ilha que em 2021 apresentou o menor

crescimento (57,1%), apresentando S. Miguel uma variação positiva de 81,2%, ou seja as duas ilhas apresentaram um acréscimo inferior à média regional.

A atividade turística registou uma significativa recuperação relativamente a 2020, embora ainda sem atingir os níveis de 2019. Assim, em termos de estabelecimentos hoteleiros, do turismo em espaço rural e do alojamento local, no que se refere a dormidas, o valor foi superior em 122,1% a 2020, mas inferior em 35%, comparativamente com 2019. Em termos de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, S. Miguel registou uma variação positiva de 131,4% e Santa Maria de 57,9%. No que se refere ao alojamento local, Santa Maria registou 5459 dormidas, quase que igualando o valor de 2019, que foi de 5492. Apesar do significativo crescimento das dormidas em alojamento local em S. Miguel, que passou de 176 336 em 2020, para 402 792 em 2021, ainda esteve longe do valor de 2019 (642 826). Ponta Delgada foi o 11º município do país em 2021 com mais dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico.

Outros indicadores com base em estatísticas do SREA:

- A taxa de inflação foi de 0,92%, enquanto a nível nacional se situou em 1,27%;
- Variação anual positiva de 22,2% nas compras realizadas por intermédio de cartões bancários em TPA (Terminais de Pagamento Automático) em relação a 2020;
- Variação anual positiva de 5,6% nos levantamentos em CA (Caixas Automáticas) relativamente a 2020;
- A Pesca descarregada cresceu significativamente, ou seja 54,36%;
- A venda cimento registou um acréscimo de 20,47%;
- A Energia elétrica (produção) cresceu 5,01%;
- O Índice de vendas com retalho – produtos alimentares registou um acréscimo de 7,8%;
- A venda de automóveis novos desceu 2,49%.

III – LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICAS

Neste último ano de mandato, a atuação da Direção continuou a estar centrada na defesa das empresas e dos seus interesses e da economia regional, na prestação de apoio aos associados, sempre enquadrada nos estatutos da Câmara e nas linhas orientadoras estratégicas, que foram definidas para o mandato.

ANC
Z. V.
qhm

Foi dada continuidade à orientação de privilegiar o diálogo e a concertação com os parceiros económicos e sociais, na procura e construção de soluções para os problemas das empresas e da economia regional. As circunstâncias condicionaram a atuação da Direção, principalmente no contexto de pandemia que se viveu, com alterações e incertezas constantes, que exigiram uma intervenção e atenção permanente, para dar resposta às questões que se foram colocando ao longo do ano.

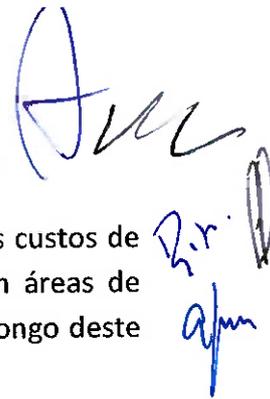
A ligação com os associados foi outra premissa da atuação da Direção, materializada na permanente disponibilidade para a auscultação dos seus problemas e necessidades, no desenvolvimento de atividades diversificadas, muitas das quais por propostas das empresas, bem como na prestação de serviços.

À semelhança do que se verificara em 2020, os efeitos da pandemia continuaram a condicionar fortemente a atividade da Câmara em diversas áreas ao longo de 2021. Uma parte muito significativa da atuação da Direção e das atividades desenvolvidas pela Câmara estiveram muito centradas, tal como acontecera em 2020, em dar resposta às solicitações das empresas, no que se refere especialmente às medidas de apoio para fazer face à COVID, à intervenção junto das entidades competentes para, em diálogo construtivo, encontrar as melhores soluções para os problemas existentes. Quando se verificou necessário, a Direção tomou posições públicas, designadamente de alerta para a necessidade de serem ultrapassados constrangimentos existentes e ainda propondo medidas para ajudar a acelerar o ritmo da recuperação económica.

Releva-se o facto da situação sanitária que viveu no 1º semestre, especialmente em S. Miguel, ter sido muito preocupante, com fortes repercussões económicas, face às restrições ao funcionamento de muitas atividades. Neste contexto e face aos dados disponíveis, a Direção defendeu a necessidade de se alterar alguns aspetos no controlo da pandemia, tendo em consideração designadamente no que se refere à incidência e sua distribuição geográfica, no sentido das medidas serem mais cirúrgicas, menos genéricas, mais fiscalizadas, mais intensas e direcionadas para os locais que apresentavam situações mais problemáticas a nível de contágios.

Foi dada continuidade à auscultação das estruturas internas - Delegação de Santa Maria, Conselho Associativo, comissões especializadas e de contributos individuais de associado – que se traduziu em relevantes contributos, evidenciados ao longo deste relatório, a nível da construção de propostas, da tomada de posição e da elaboração de pareceres.

Uma outra área de intervenção teve a ver com a formatação dos apoios disponibilizados pela União Europeia, designadamente do Programa de Recuperação e Resiliência. Neste âmbito, foi defendido o seu direcionamento para as empresas e manifestada preocupação com a falta de informação e de concertação sobre a estratégia e configuração do PO Açores 2030.



A melhoria do ambiente para o desenvolvimento dos negócios, a redução dos custos de contexto, a formação profissional e a transição digital constituíram também áreas de intervenção estratégica ao longo de 2021 e que merecem especial relevo ao longo deste relatório.

III – ATIVIDADES, AÇÕES, INTERVENÇÕES E PROJETOS

Apresentam-se, neste capítulo, por temas, as ações, atividades, intervenções e projetos desenvolvidos ao longo de 2021.

Relacionamento institucional

Foi dada continuidade à política que privilegia a cooperação e diálogo institucional com as instituições públicas regionais e locais.

Entende-se destacar várias reuniões, principalmente no início do ano, com diversos responsáveis governamentais designadamente da área das finanças, da saúde, da formação, emprego e economia, que serviram para a análise de diversos assuntos de interesse para as empresas e para apresentação de propostas.

Importa salientar a continuação da cooperação com as autarquias, que se reforçou com a pandemia e que se traduziu novamente em 2021 no desenvolvimento de diversos projetos, com o objetivo de mitigar o impacto das restrições resultantes da COVID 19 a nível local e que estão explicitados ao longo do relatório.

Foram mantidas reuniões com delegações partidárias do PS, PSD, BE e IL, bem como de deputados à Assembleia da República, a pedido dos mesmos.

A Câmara colaborou com os Governos nacional e regional na organização da visita do Ministro da Economia e da Transição Digital aos Açores, em maio, nomeadamente na sessão com empresários, em que foi apresentado o PRR, com especial enfoque nas medidas de recapitalização das empresas.

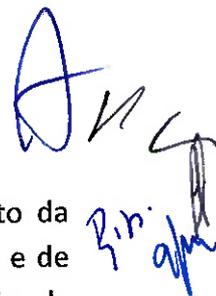
A Direção também recebeu o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a Embaixadora em Portugal dos Países Baixos e uma Delegação da OCDE.

Relacionamento interassociativo

Neste âmbito, destaca-se a dificuldade de relacionamento e de funcionamento da CCIA e de divergências públicas entre as associadas.

Salienta-se a continuação do trabalho conjunto no âmbito da Parceria CCIA/FAA/UGTA/AICOPA, de que resultaram a emissão dos seguintes 2 documentos:

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA



- Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – fevereiro – parecer, no âmbito da discussão pública nacional, tendo sido apresentadas propostas de alteração e de reafecção de 100 milhões para melhorar a capacidade de recuperação da economia transacionável, sem alterar o montante da dotação para a Região.
- Manifesto 2021 – Construir a Competitividade e Resiliência da Economia dos Açores para a Sustentabilidade do Emprego (fevereiro)

Neste documento foram definidas as seguintes linhas de atuação, tendo em consideração que “os Açores necessitam de um novo rumo”:

- Salvaguarda determinante da capacidade das cadeias de valor fundamentais;
- Aposta inquestionável na Formação e na Transição Digital como Fatores Transversais para a Competitividade;
- Um novo paradigma – sustentabilidade da base económica, suportada na componente endógena;
- Criar a sustentabilidade da política social
- Reforçar a base de criação de emprego na economia
- Racionalizar, modernizar e valorizar o papel da Administração Pública Regional e dos seus trabalhadores
- Mobilizar a sociedade civil.

Para cada uma das referidas linhas de atuação, a Parceria apresentou medidas para a concretização dos objetivos defendidos.

COVID 19 – Medidas de apoio e outras iniciativas

A Câmara propôs ao Governo a criação de uma comissão de acompanhamento, integrando secretarias governamentais e associações empresariais, com o objetivo de analisar os impactos económicos da pandemia na economia e o impacto das medidas de apoio direcionadas às empresas, assim, como propor estratégias e novas medidas. Não teve seguimento formal.

Igualmente foi proposta a constituição de um grupo técnico, visando apoiar e contribuir para uma melhor operacionalização das medidas de apoio às empresas. Funcionou irregularmente e só para casos pontuais.

Uma área de intervenção importante teve a ver com as medidas de apoio às empresas, tendo, principalmente no início do ano, sido realizadas diversas reuniões com responsáveis governamentais, com quem foram debatidas e analisadas propostas de

A K C
P. n.
q. n.

criação/reedição de diversas medidas. Deste trabalho conjunto, globalmente positivo, foi possível introduzir alterações às propostas governamentais, que se revelaram benéficas para as empresas. Nesta área destacam-se o Apoio Imediato à Liquidez, o Programa de Manutenção de Emprego II, o Adaptar Açores 2, o APOIAR PT, o Programa de Apoio aos Custos Operacionais.

Foram também feitas diversas intervenções/sugestões junto do Governo, no sentido de serem alterados aspetos, tendo em consideração o impacto da pandemia de que salientam:

- Solicitada alteração do Vale PME Digital, no que se refere à limitação dos fornecedores de serviços, que estavam limitados a 15 empresas;
- Proposta de alargamento do prazo de execução dos projetos do PO Açores 2020, estabelecido para o dia 30 de junho de 2023, tendo em consideração nomeadamente as dificuldades logísticas e os atrasos de decisão bancária em relação aos investimentos.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Aquando da discussão pública a nível nacional, a Direção reiterou a sua posição que havia tomado em maio de 2020, sobre a proposta de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na componente Açores, ou seja que a mesma estava muito centrada na administração pública, sendo necessário proceder à sua alteração, no sentido de direcionar mais medidas e recursos designadamente para as empresas. Esta posição foi também defendida junto do Governo Regional e veio a ser consagrada no parecer emitido pela Parceria CCIA/FAA/UGTA/AICOPA, conforme anteriormente referido.

Na componente “Agendas Mobilizadoras”, a Câmara disponibilizou-se, assim como as outras câmaras do comércio, para colaborar no trabalho de preparação de candidaturas, que estavam a cargo de equipas de consultoras contratadas pelo executivo regional, designadamente através da operacionalização de reuniões. As áreas então definidas foram o turismo, o agroalimentar e o mar.

Ao longo do processo, a Câmara propôs projetos com carácter transversal, para que pudessem ser contempladas as necessidades das micro empresas, reforçando a capilaridade dos eventuais apoios.

Na sequência de controvérsia surgida com a criação de consórcios e de manifestações de associados, que criticavam a falta de informação sobre este assunto e a exclusão de algumas empresas, foi realizada, no início de novembro, uma assembleia geral extraordinária, a pedido da Direção, tendo como objetivo prestar informações sobre o processo das “Agendas Mobilizadoras”.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Ainda sobre o PRR, foi contratado um técnico tendo como principal objetivo a de informar e também proporcionar consultoria às empresas, bem como identificar e preparar candidaturas a apresentar pela Câmara ao PRR e ao novo quadro plurianual PO Açores 2030. Neste âmbito destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas:

- organização de webinários no âmbito da preparação de candidaturas aos projetos nas áreas do turismo, indústria agroalimentar e mar, bem como cerca de 180 interações com associações, empresas e entidades neste âmbito;
- resposta a 50 solicitações de associados e de outras entidades.

Transportes, acessibilidades e infraestruturas

A importância destas áreas é fulcral para o funcionamento da economia e das empresas, merecendo, por isso, a continuação de especial empenho e intervenção da Direção. Saliendam-se as seguintes atividades/intervenções:

- Defendido que nas novas obrigações de serviço público interilhas deveria prevalecer voos diretos, em horários adequados e em número ajustado à procura e fluxo natural entre S. Miguel e as restantes ilhas;
- Manifestada concordância com a proposta de frequência nas obrigações de serviço público entre S. Miguel e Santa Maria, face ao aumento apresentado e salientada a necessidade de haver maior interligação entre os voos inter-ilhas e as ligações com o exterior. Esta proposta não veio a ser aprovada;
- Realçada junto da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia a importância vital da SATA para os Açores, como garante da mobilidade interna e como “regulador” da conectividade externa, no âmbito do pedido de auxílio estatal à reestruturação daquela empresa;
- Reuniões com administrador da ANA, relativamente aos aeroportos de Ponta Delgada e Santa Maria e com Diretora da TAP, em relação à operação da companhia;
- Questionado o Governo regional sobre os problemas que se verificaram na descarga de mercadorias no porto de Ponta Delgada, designadamente no atraso na operação de navios. Esta situação deve-se às obras que decorrem no porto, segundo a entidade governamental que tutela os transportes;
- Reiterada a posição, no âmbito da CCIA, da necessidade de alteração do atual modelo de transporte marítimo de mercadorias e apoiada a realização de estudo, que contemple alternativas ao atual modelo, realizado por entidade independente e idónea;

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Am
R. r. i.
apm

- Manifestada discordância com alguns aspetos do novo regulamento de tarifas da empresa Portos dos Açores e lamentado o facto de a Câmara não ter sido auscultada no processo. O referido regulamento veio a ser corrigido;

Associativismo e assuntos setoriais

A Direção deu continuidade à sua estratégia de colocar os associados no centro da sua atuação, através de uma política de proximidade e de ligação, de prestação de serviços e de auscultação dos seus anseios e problemas e a procura das soluções para os mesmos.

De forma a ter um conhecimento real, atualizado e concreto da situação, a Direção promoveu diversas reuniões principalmente com as comissões especializadas e uma ligação permanente com a Delegação de Santa Maria e ainda reunindo o Conselho Consultivo (janeiro e setembro). Muito do trabalho realizado, de tomadas de posição e de apresentação de propostas continuaram a ter como base o trabalho conjunto com estas estruturas e com sugestões de associados. Assim:

Turismo

Janeiro

- Feito o diagnóstico da situação do setor, que era de grave crise, principalmente em S. Miguel, ilha que então registava maiores quebras nas dormidas;
- Defendidas medidas de aceleração do pagamento dos apoios para mitigar os impactos da pandemia, através da sua desburocratização, agilização de procedimentos e maior celeridade nos processos;
- Manifestada preocupação com a evolução da situação sanitária em S. Miguel, tendo sido defendidas medidas urgentes, mais cirúrgicas, mais fiscalização e direcionada para os locais com maior nível de contágio.

Mai

- Análise da situação do setor e apresentadas propostas ao nível do planeamento estratégico, da mitigação dos efeitos da pandemia, de medidas de relançamento e de medidas de consolidação.

Setembro

- Análise da evolução do setor e apresentadas medidas para diversas áreas, designadamente: soluções alternativas de financiamento, face ao fim das moratórias; implementação de programas de requalificação e formação; clarificação das políticas públicas e reforço da promoção; reedição de programas

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A K C
Zir.
afm

de mitigação dos impactos da pandemia; definição dos contornos da agenda mobilizadora para o setor no âmbito do PRR.

Dezembro

- Feito o balanço de 2021 e perspectivado 2022, com apresentação de propostas de medidas para ajudar a sustentabilidade do setor, nomeadamente: criação/reedição de medidas de apoio ao funcionamento e à manutenção de emprego, qualificação dos recursos humanos, reforço orçamental para a promoção juntos mercados exteriores face ao novos operadores aéreos, acompanhar a reestruturação da TAP e manutenção da SATA Internacional nas ligações com a Europa e América do Norte.

Ao longo do ano foram emitidas notas sobre a evolução atual do turismo nos Açores, para se acompanhar a recuperação depois da pandemia. O propósito destas notas foi de se facultar informação aos associados numa fase em que se começava a configurar alguma recuperação e a aplicação de novas medidas de apoio às empresas.

Restauração

- Análise da situação do setor e perspectivas para o ano;
- Manifestada preocupação com a continuação das medidas restritivas e a incerteza que provocavam situação de angústia no setor, colocando em risco o futuro dos estabelecimentos;
- Manifestada satisfação com a medida denominada de Apoio Imediato à Liquidez, pela sua rápida operacionalização e célere pagamento às empresas, exemplo que devia ser seguido noutras medidas;
- Defendidas medidas especiais de apoio para zonas que têm sofrido restrições especiais, p.e. Rabo de Peixe;
- Desenvolvimento de iniciativas para criação de uma plataforma digital para a restauração;

Comércio

- Campanha de dinamização do natal;
- Realização de campanhas promocionais para o setor;
- Encerramento/Alteração de trânsito em ruas no centro de Ponta Delgada e realização de inquérito aos comerciantes;

- Equacionadas estratégias a nível digital para o setor.

Investimento público

A Câmara acompanhou os pareceres da CCIA sobre as antepostas de Plano e Orçamento públicos para 2022, tendo também apresentado um parecer sobre os mesmos documentos, especificamente sobre S. Miguel, destacando-se os seguintes aspetos positivos: aumento das dotações para a competitividade empresarial (36,1%), para a construção de estradas (21,7%) e para combate à pobreza e inclusão social. Foram também considerados positivos o plano de ordenamento portuário e a aquisição de equipamento para o porto.

Como aspetos negativos foram destacados: decréscimo na dotação para o turismo e na reabilitação de estradas regionais, bem como na saúde, com implicações no pagamento aos fornecedores do serviço Regional de Saúde. Também foi manifestada discordância com o aumento de apenas um voo semanal entre Santa Maria e S. Miguel nas novas Obrigações de Serviço Público.

Salienta-se o facto do Conselho de Ilha de S. Miguel ter assumido algumas orientações que a Câmara defendeu relativamente às propostas governamentais de plano e orçamento para 2021 e as orientações de médio prazo 2021-2024.

Pareceres

A Câmara e a CCIA foram auscultadas, enquanto parceiros sociais, pela Assembleia Legislativa Regional, Governo Regional e autarquias sobre assuntos de interesse para o tecido empresarial, quer de forma escrita, quer em audições, de que se salientam:

- Adaptar Açores 2;
- Apoiar PT Açores – 4ºTrim 2020;
- Programa de Apoio aos Custos operacionais 2020 (4º trim);
- Programa de apoio aos custos fixos das empresas do setor do turismo;
- Programa de apoio à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos;
- Exercício da atividade dos profissionais de informação turística na RAA;
- Bolsas de formação e certificação para profissionais de informação turística dos Açores;
- Programa de Apoio aos Custos Operacionais 1ºT 2021;

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A. C. I. P. D.
Z. P. D.
apm

- Programa APOIAR.PT Açores 1ºT 2021;
- Alteração dos períodos transitórios em relação às medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e promoção da reutilização e reciclagem;
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027;
- Obrigações de serviço público inter-ilhas transporte aéreo 2021-2026;
- Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadorias nos Açores;
- Projeto de Resolução - Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas para o relançamento económico do setor do leite e laticínios;
- Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens;
- Estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na RAA;
- PEPGRA - Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores – Revisão;
- Petição - Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira;
- Apoio à mobilidade Geográfica Laboral;
- Política Regional de Qualificação e Emprego;
- Melhoria do Sistema Estatístico dos Açores;
- Plano e Orçamento 2022;
- Promoção de melhorias nos Programas ESTAGIAR;
- Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Atividade de Comércio a Retalho e Restauração e Bebidas não sedentárias de Ponta Delgada;
- PRR – AÇORES: Recuperar os Açores, para construir o futuro;
- Atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação.

Seminários, workshops, sessões de informação e esclarecimento

Realizadas diversas iniciativas de interesse para as empresas, muitas sobre a forma de webinar, tendo em consideração as restrições sanitárias. Foram realizadas as seguintes ações:

A
Z.R.
afm

- Orçamento do Estado para 2021;
- Gestão Patrimonial/Gestão de sinistros/Eficiência de apólices/continuidade de negócio;
- Sessões, por concelhos, sobre medidas de apoio às empresas (retoma progressiva, manutenção de emprego, custos operacionais, apoiar.pt...);
- Medidas de Apoio às Empresas – uma visão sobre a concreta realidade da RAA;
- Sessão específica para Rabo de Peixe sobre os apoios disponíveis, bem como sobre o Programa Excecional de Apoio a esta Vila;
- Como preparar uma proposta de sucesso no *Horizon Europe* (rede EEN);
- Gastronomia, Identidade e Produto Turístico Açoriano.

A Câmara colaborou também com empresas e diversas entidades, ao nível da publicitação de eventos promovidos por estes, que se revelaram de interesse para os associados.

Dinamização económica local/ações promocionais

As ações relativas a feiras e mostras de produtos foram canceladas, à semelhança do que já acontecera em 2020, devido à pandemia.

As atividades centraram-se na realização de campanhas promocionais do consumo de algumas das áreas mais afetadas como foram as da restauração e do comércio, desenvolvidas em parceria com autarquias e Governo, de que se destacam:

a) PAE – Programa de Apoio Excecional – Rabo de Peixe

Celebrado um protocolo com a Câmara Municipal da Ribeira Grande ao abrigo do qual foi criado um programa de apoio excecional às empresas de Rabo de Peixe, num contexto em que aquela vila sofreu cercas sanitárias.

Este programa teve uma dotação de 40 mil euros atribuídos pela autarquia, tendo sido apoiadas 20 empresas, sendo a gestão do programa da responsabilidade da Câmara do Comércio.

b) NORDESTE APOIA – Programa de Apoio Excecional às Atividades Económicas de Nordeste

A Câmara Municipal de Nordeste e a Câmara do Comércio celebraram ontem um acordo de colaboração ao abrigo do qual foi criado um programa de apoio excecional às empresas com sede/estabelecimento no concelho de Nordeste, cuja atividade normal esteve fortemente condicionada pelas medidas restritivas.

AMC
R. X.
ajm

Este programa com uma dotação de 30 mil euros atribuídos pela autarquia, apoiou 21 empresas do concelho, com a gestão do programa da responsabilidade da Câmara do Comércio, decorreu durante o mês de maio.

c) **O nosso Comércio – Perto e Pensar em si**

Esta campanha promocional direcionada ao comércio de S. Miguel e de Santa Maria, criou incentivos ao consumo através de vouchers de desconto, tendo como objetivo dar uma nova dinâmica ao setor e atrair clientes ao pequeno comércio dos centros urbanos.

Esta campanha foi realizada em parceria com o Governo dos Açores e decorreu de 27 de maio a 26 de junho.

d) **Sabores locais à mesa**

Numa parceria envolvendo a CCIPD, a autarquia da Ribeira Grande e a Associação de Táxis de Ponta Delgada foi implementado o programa denominado “**Sabores locais à mesa**”, que teve como objeto estabelecer e articular a colaboração entre as entidades envolvidas com vista ao aumento do consumo na restauração do Concelho da Ribeira Grande. Os consumidores beneficiaram de um incentivo especial, um desconto 25%, até ao limite máximo de 15€ por consumos nos almoços e jantares, sempre que a compra fosse igual ou superior a 10€.

Participaram neste projeto 15 restaurantes do concelho da Ribeira Grande e 8 taxistas.

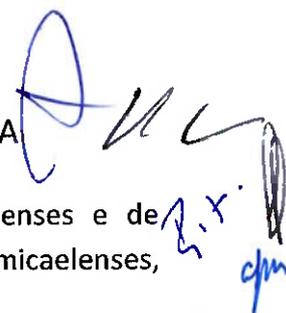
e) **Sabores Certificados Pela Natureza**

No âmbito de uma candidatura ao FEDER foram realizadas as seguintes duas iniciativas, que estavam programadas para 2020, mas que foram adiadas devido à pandemia:

- *Quinzena Gastronómica “Sabores Certificados pela Natureza”, de 25 de junho a 11 de julho, que contou com a participação de 25 restaurantes, sendo 23 de S. Miguel e 2 de Santa Maria;*

Esta ação teve como objetivo contribuir para a criação de uma identidade gastronómica regional, em especial a de S. Miguel e de Santa Maria e uma aposta nos produtos locais, nas especialidades gastronómicas regionais de cada estabelecimento e na inovação;

- *Mercado Açores - Sabores de Santa Maria visando a promoção dos produtos e a gastronomia da ilha, potenciando-os no mercado de S. Miguel. Esta atividade decorreu de 25 a 27 de novembro;*



Contou esta iniciativa com uma mostra de produtos marienses e de contatos entre produtores e representantes de empresas micaelenses, bem como jantares com gastronomia daquela ilha.

f) **Este Natal, a estrela do comércio é você**

Campanha desenvolvida com o apoio do Governo Regional, decorreu entre 4 e 24 de dezembro, tendo em vista a dinamização do comércio dos centros urbanos de S. Miguel e de Santa Maria

A aposta esteve na introdução de incentivos ao consumo, em formato de voucher para o cliente usufruir como valor monetário numa segunda compra num dos estabelecimentos aderentes.

Integrada nesta campanha, foram organizados os tradicionais concursos de montras de Ponta Delgada e Vila do Porto e colaborado com as autarquias da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.

Promoção externa/Internacionalização/Apoio às empresas

A realização de ações promocionais dos produtos e serviços nos mercados externos, designadamente a participação em feiras foi muito condicionada à semelhança do que já ocorrera em 2020. Assim, só foi organizada, no âmbito da parceria CCIA/Governo Regional, a participação na ANUGA (Alemanha), com a presença de empresas do setor dos Lacticínios.

A CCIPD manteve o apoio às empresas em termos de informação e consultoria nas áreas da internacionalização e apoios europeus, atividade desenvolvida essencialmente através da rede EEN. Destacam-se as seguintes ações:

- Recolha, seleção e divulgação de oportunidades de negócios, de mercados, de apoios à internacionalização e informação estatística;
- Dinamização de encontros empresariais, designadamente através de conferências, seminários e encontros de negócios. Registado pouco interesse por parte das empresas em participarem em reuniões B2B;
- Dinamização da participação das empresas regionais em inquéritos de âmbito europeu, designadamente sobre a interrupção da cadeia de abastecimento da Europa devido ao COVID, atrasos nos pagamentos e produtos sustentáveis;
- Emissão de 227 certificados de origem (209 em 2020), tendo em vista a exportação de produtos regionais. A maioria dos certificados emitidos (113) foi relativa a exportações para países da União Europeia, seguida de países africanos (47) e do mercado norte-americano (30).

Participação em associações, entidades e organismos

A Câmara manteve a sua participação societária nas seguintes entidades: Escola de Formação Turística e Hoteleira, ENTA – Escola de Novas Tecnologias, ARDE – Associação para o Desenvolvimento Local e APRODAZ. A Câmara continuou a ser detentora de 100% da PROFEIRAS.

Foi mantida a presença da Câmara em diversos organismos de consulta e concertação, em representação dos interesses empresariais de S. Miguel e Santa Maria, bem como em outros de representação regional, a nível CCIA.

Formação Profissional e Empresarial

A atividade da Câmara continuou a fazer-se ao nível da requalificação de ativos, da formação de jovens e da qualificação de desempregados. Assim:

Escola profissional

A atividade da escola profissional centrou-se exclusivamente na formação de jovens, com cursos de nível IV, ou seja com equivalência ao 12º ano.

A escola continuou a funcionar abaixo da sua capacidade de oferta formativa, situação recorrente, face à disponibilização de cursos pelas entidades competentes.

Os cursos ministrados nos anos letivos que abrangeram 2021 foram os seguintes:

Ano letivo 2020/2021	Ano letivo 2021/2022
1º Técnico de Contabilidade	1º Técnico de marketing
2º Rececionista de hotel	2º Técnico de Contabilidade
3º Técnico de Turismo	3º Rececionista de hotel

Para além dos cursos profissionais, a escola colaborou com a Rede Valorizar na lecionação de um curso ABC - B3, destinado a desempregados sem o 9º ano de escolaridade (junho a setembro de 2021).

Atendendo à situação pandémica, uma parte do ano letivo decorreu sob a forma de ensino à distância.

Foi dada continuidade aos trabalhos aos trabalhos conducentes à fusão de escola, designadamente de diligências junto do Governo, que manifestou concordância com a estratégia definida e disponibilidade para encontrar os meios financeiros indispensáveis à criação da nova estrutura formativa.

Manteve-se a ligação da escola com o exterior, através do desenvolvimento de um conjunto de ações e projetos de que se destacam: edição do jornal escolar (In)Formação; Clube Europeu – *Eurolink*; Dia Europeu das Línguas; projeto “Agir para Prevenir” (CMPD); participação num vídeo de divulgação da escola, no âmbito de um projeto da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego; celebração do Dia Mundial do Turismo (Rota dos Vulcões), em colaboração com a Direção Regional do Turismo; participação em palestras/debates/dramatizações/filmes, etc. sobre temas culturais, cívicos, ambientais e saúde.

Formação de ativos

A pandemia continuou a condicionar a realização presencial de algumas ações, principalmente nos períodos em que se verificaram maiores restrições a este tipo de atividades.

O quadro seguinte reflete a atividade desenvolvida em 2021, comparativamente com 2020:

Quadro Comparativo 2020-2021

	Interempresa n/financiado		Interempresa financiado.		Intraempresa		Atividade total	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Nº Cursos	26	8	21	25	7	25	54	58
Nº Horas	266	96	867	975	71	258	1204	1329
Nº Formandos	305	101	249	150	75	294	629	545

Destacam-se os seguintes aspetos:

- Registou-se um ligeiro crescimento do número de cursos de formação financiada, que poderia ser maior se as regras fossem mais adequadas à realidade do tecido empresarial regional (p.e número de horas ...), pois contribuem para uma menor apetência por parte dos trabalhadores e das empresas. Salienta-se também o crescimento do número de horas e a redução a nível de formandos, em termos de atividade total;

AKC
Rir. a/m

- Aumento substancial na formação intraempresa. Em relação à formação interempresa não financiada há um significativo decréscimo, seguindo o que já acontecera em 2020, comparativamente com 2019;

O quadro seguinte permite analisar a evolução da formação ao longo dos últimos 5 anos:

Quadro Comparativo 2017 a 2021

	2017	2018	2019	2020	2021
Nº cursos/ações	44	74	92	54	58
Nº horas	563	939	1353	1204	1329
Nº formandos	646	981	1140	629	545

Apoio e serviços aos associados

Continuou a dar-se prioridade à prestação de serviços e apoio aos associados, em termos de informação e consultoria, tendo em consideração a sua relevância para as empresas e também como elemento de ligação entre a Câmara e os associados.

Na continuação do contexto pandémico que se continuou a viver em 2021, esta área continuou a ser muito solicitada pelos associados, para efeitos de obtenção de informação e esclarecimento sobre os apoios disponíveis, bem como sobre as medidas restritivas e de outra ordem que foram sendo decretadas ao longo do ano.

Em 2021, continuou a verificar-se, à semelhança do que acontecera em 2020, uma natural alteração nos hábitos de contato entre os associados e os serviços, que passaram a ser feitos na sua quase totalidade por telefone e mail (97%), em detrimento do contato presencial.

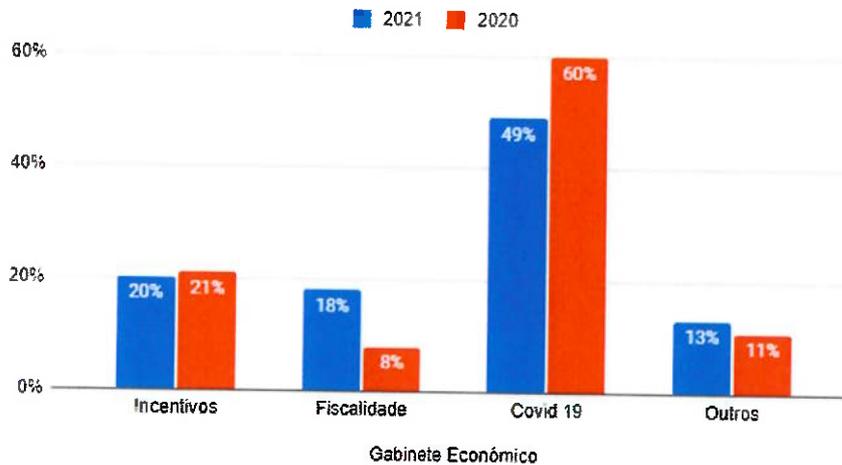
No que se refere à informação/consultoria económica e jurídica destacam-se os seguintes aspetos:

- As solicitações mantiveram-se em valores semelhantes aos de 2020, ano em que estas mais que duplicaram comparando com 2019;
- Foi atualizado em permanência um guia com as medidas de apoio às empresas para mitigar os impactos da pandemia;
- Resposta às solicitações dos associados, no imediato ou num período máximo de 24 horas, para 97% das mesmas;

Na área económica, as solicitações maioritárias foram relacionadas com aspetos relativos a medidas de apoio e outras relativas à pandemia, embora percentualmente em valor menor do que em 2020, como se verifica no gráfico seguinte:

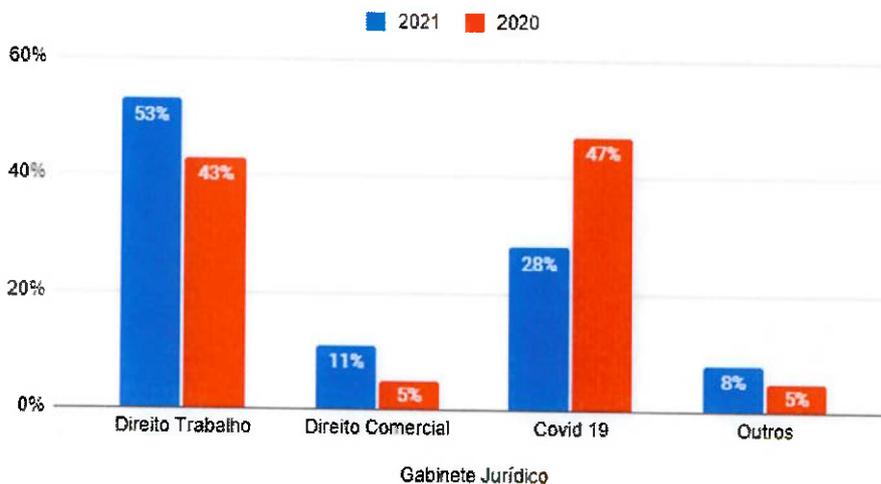
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten text]

Consultoria Gabinete Económico



A maior procura dos serviços da Câmara continuou centrado na área jurídica, com muitas solicitações em assuntos também ligados à COVID 19, mas inferior a 2020. As questões laborais mantiveram a área mais procurada, como tem sido habitual ao longo dos anos. O gráfico seguinte evidencia esta realidade:

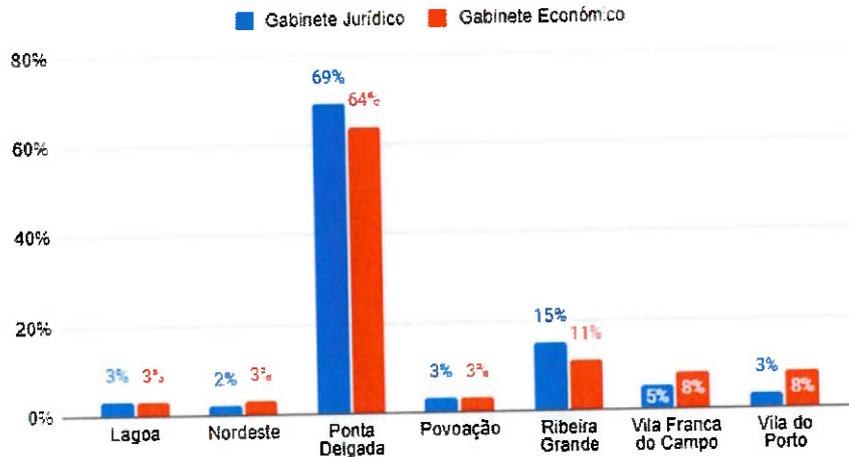
Consultoria Gabinete Jurídico



A solicitação dos serviços económico e jurídico, por concelho, encontra-se refletida no gráfico seguinte:

[Handwritten signatures and initials]

Consultoria por Concelho



A Câmara continuou a integrar a rede *Enterprise Europe Network* (EEN), em conjunto com diversas entidades nacionais, que tem como objetivo a informação e consultoria em assuntos europeus. No final de 2021, foi aprovada a continuação do projeto EEN-PORTUGAL para o período compreendido entre janeiro de 2022 e junho de 2025.

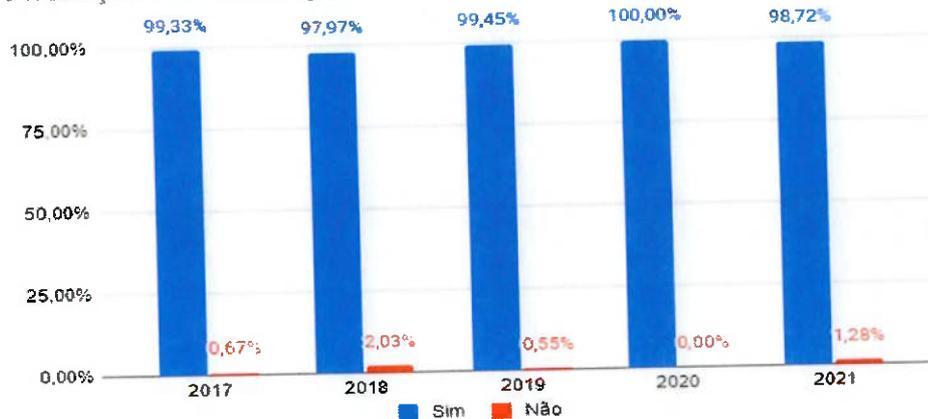
A maior parte das solicitações em 2021 foram relacionadas com a procura de apoios financeiros e financiamento, ou seja muito relacionada com a pandemia.

A CCIPD participou ativamente no Grupo Setorial do Turismo, o que permitiu a divulgação de informação tratada a este nível aos associados do setor.

Avaliação da satisfação pelos serviços prestados

Sendo da maior relevância conhecer a avaliação que os associados fazem dos serviços de informação e consultoria que solicitam, continuou a fazer-se um inquérito, após a sua prestação, cuja evolução consta do gráfico seguinte:

Avaliação da Satisfação





Outros serviços

Foi mantida a prestação de serviços às empresas, através do gabinete jurídico, em matéria de constituição de sociedades, pedidos de alvarás e propriedade industrial, cuja procura não tem sido muito relevante, conforme se constata pelo quadro seguinte:

Serviços	2019	2020	2021
Certificados de Admissibilidade de Firma (RNPC)	-	-	1
Propriedade Industrial	1	-	-
Alvarás e Títulos de Registo (INCI)	2	12	9

Assuntos Sócio Laborais/Contratação Coletiva de Trabalho

A área sócio laboral continuou a ter uma forte intervenção da Câmara, nomeadamente na componente da contratação coletiva de trabalho, atendendo ao seu impacto na gestão dos recursos humanos das empresas e nos custos salariais.

O ano de 2021, a nível da contratação coletiva de trabalho, revelou-se positivo uma vez que foram alcançados 11 acordos, relativamente às propostas de alteração de 14 CCTs. Não foi possível o acordo ao nível de 2 convenções: Panificação, Pastelaria e Confeitaria e do comércio e indústria de transformação de carnes.

No que se refere ao CCT para os setores dos Transportes, Oficinas de Reparação e Pintura, Estações de Serviço e Postos de Abastecimento de Combustíveis, Escolas de Condução e Aluguer de Automóveis Sem Condutor, o sindicato não apresentou qualquer proposta para 2021, mas marcou uma greve para 29 e 30 de novembro, alegando que se tinha chegado a uma situação de impasse e que havia uma postura de intransigência por parte das entidades patronais. A Câmara refutou, publicamente, tal argumentação. A adesão foi muito reduzida e apenas verificada nos transportes coletivos de passageiros.

Relativamente à medida tomada pelo Governo da República de criar uma compensação apenas para as empresas do continente, devido ao aumento do salário mínimo nacional, a Câmara demonstrou o seu profundo desagrado com esta discriminação negativa das empresas regionais e solicitado a sua correção.

A
Rin.
ajm

Projetos de cooperação inter-regional

No âmbito do Programa de cooperação INTERREG MAC foram desenvolvidas diversas ações relacionadas com os seguintes projetos:

a) **CUSTOMS - Sistema facilitador do Comércio para o aumento das transações no espaço de cooperação (Açores, Madeira e Canárias) e com o exterior**

- Realização de um estudo de diagnóstico da atual situação comercial e a identificação de segmentos produtivos e/ou comerciais com maior potencial para o desenvolvimento de trocas comerciais entre os Açores, a Madeira e as Canárias e dos Açores com países terceiros da área da CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.
- Realizado o levantamento de agentes económicos envolvidos no comércio da área geográfica do projeto.

b) **FIHUB – Apoio a iniciativas vinculadas à plataforma FIWARE europeia, utilizando as tecnologias da internet do futuro.**

- Produção de 3 vídeos sobre Internacionalização, *Client Journey* e Mapa de Empatia, que conjuntamente com os produzidos pelos outros parceiros, servirão de apoio às empresas;
- Realização do evento *FIWARE CAMP AZORES*, em Novembro, em colaboração com os parceiros dos Açores.

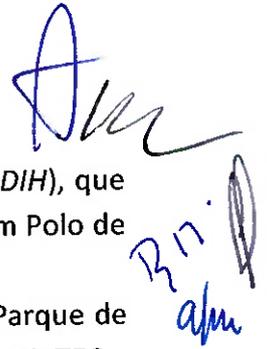
c) **SmartBlue F – economia azul**

Este projeto transitou da CCIA para a CCIPD, tendo em 2021 o trabalho incidido na recolha de informação sobre barreiras à inovação para as empresas da economia azul.

Inovação e Digitalização

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Continuação da parceria com os CTT para ajudar as empresas na criação de lojas *online* e acesso a um *marketplace*;
- Apresentação de projetos nas áreas da digitalização das empresas, constituição/integração em plataformas de vendas e desenvolvimento e implementação de estratégias de *emarketing*;



- Integração no consórcio *Azores Digital Innovation Hub (AzDIH ou AzoresDIH)*, que tem por objeto a criação e execução de um projeto de constituição de um Polo de Inovação Digital.

Este consórcio integra, para além da CCIPD, a Associação NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel, a Universidade de Coimbra, o INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, a COTEC PORTUGAL - Associação Empresarial para a Inovação, a Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital - DTx, a NOVA FORUM – Instituto de Formação de Executivos da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade dos Açores, o Observatório do Turismo dos Açores, a ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores e o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia.

Sistema de Gestão da Qualidade

Foi dada continuidade ao trabalho de melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade da Câmara, que se encontra refletido em vários aspetos deste relatório nomeadamente ao nível de indicadores e de elementos estatísticos.

Salienta-se o facto de a Profeiras ter também obtido em 2021 a certificação do seu sistema de gestão da qualidade ao abrigo da NP EN ISO 9001:2015, o que vem proporcionar um melhor funcionamento interno, a definição de objetivos e uma maior qualidade na prestação de serviços.

Comunicação Institucional e Associativa

A continuação do contexto pandémico, principalmente durante o 1º semestre, continuou a exigir um esforço acrescido e atempado na informação aos associados, designadamente ao nível das alterações, em cada momento, ao funcionamento das atividades económicas e das medidas de apoio à mitigação dos efeitos da COVID. A comunicação processou-se essencialmente através da *newsletter* e do site.

Foram também utilizados os meios de comunicação social, através de entrevistas, artigos etc, para dar a conhecer a posição da Câmara, quer aos associados, quer à sociedade em geral, sobre assuntos de interesse para as empresas e para a economia regional.

Alguns indicadores da atividade desenvolvida:

- Emissão de 60 números da *newsletter* (57 em 2020 e 44 em 2019);
- Emissão de 15 comunicados/*press release* (18 em 2020);
- Divulgação de ações promovidas por associados e por outras entidades, que se consideraram de interesse para as empresas.



Inquéritos

A necessidade de conhecimento mais concreto sobre questões gerais e específicas, principalmente sobre a opinião dos associados sobre as mesmas, estiveram na base da realização de inquéritos, que ajudaram a fundamentar a intervenção da Câmara.

Destaca-se também a participação em inquéritos a nível europeu, no âmbito da rede EEN, possibilitando-se desta forma que as empresas regionais pudessem dar a conhecer a sua posição sobre assuntos de interesse europeu. Também se realizou inquéritos no âmbito de projetos específicos.

Destacam-se a realização dos seguintes inquéritos:

- **Atividade Empresarial e Perspetivas para 2021**

Trata-se de um inquérito que a Câmara realiza anualmente desde 2009 e que pretende dar uma visão sobre diversos aspetos das empresas, nomeadamente ao nível financeiro, emprego, investimento, financiamento, bem como perspetivar o ano em curso;

- **Requalificação da Praça Gonçalo Velho e Zona Envolvente em Ponta Delgada**

Realizado em maio na sequência de consulta pública promovida pela autarquia, procurou colher a opinião dos associados do concelho face às alterações ao trânsito que as propostas camarárias provocariam;

- **Alteração do sentido de trânsito/Encerramento de ruas do centro em Ponta Delgada**

Realizado em final de 2021 teve como objetivo aferir os impactos nos negócios causados pelas restrições/alterações à circulação de veículos em determinadas ruas do centro da cidade, no período de Natal. Seria uma situação provisória e experimental, que a autarquia tornou permanente, contra a vontade da maioria esmagadora dos estabelecimentos localizados nas referidas ruas;

- **Competências digitais – situação digital das empresas**

Apesar de investimentos realizados na melhoria da sua situação digital, os resultados evidenciaram que uma maioria significativa das empresas (87,8%) carece ainda de fazer investimentos para se modernizarem a nível digital, sendo os equipamentos (30,7%) e a formação do pessoal (26,4%), as áreas consideradas prioritárias.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Assuntos internos e financeiros

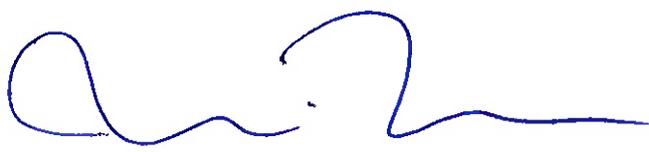
A situação pandémica continuou a ter impactos no funcionamento da Câmara, em especial, na componente financeira, pois inviabilizou a realização de um conjunto de atividades, nomeadamente feiras, que tiveram impacto significativo nas receitas da Câmara. Igual situação se verificou na Profeiras.

Foi novamente utilizado, em termos de pessoal, os regimes de *lay off* e retoma progressiva de vários trabalhadores, bem como da redução de horário.

Em 2021, registou-se a saída de 3 trabalhadores (1 técnico e 2 administrativos, salientando-se que um se encontra em regime de requisição para entidade pública) e a contratação de um técnico.

A seguir serão apresentadas as peças contabilísticas, o Balanço e a Demonstração dos Resultados que refletem as atividades descritas, que apresentam um resultado líquido do exercício de 2021, no valor de menos 58 113, 05 euros (cinquenta e oito mil, cento e treze euros e cinco cêntimos), que propomos que seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

Ponta Delgada, 14 de março de 2022




Quessas.

Anabela Gonçalves



A
U
Rim.
afm

**Demonstrações financeiras a 31 de dezembro
de 2021 e 2020**

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

		2021	2020
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	621 041	654 826
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	445 359	435 115
Participações financeiras - outros métodos	8	19 716	19 716
Outros ativos financeiros	8	827	517
		<u>1 086 944</u>	<u>1 110 174</u>
Ativo corrente			
Clientes	9	107 452	106 130
Adiantamento a Fornecedores	12	-	524
Outros créditos a receber	9	431 966	742 139
Diferimentos	10	2 790	3 232
Caixa e depósitos bancários	4	65 881	22 585
		<u>608 089</u>	<u>874 610</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1 695 034</u>	<u>1 984 784</u>
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		531 132	733 577
Ajustamentos em ativos financeiros		233 931	238 558
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		191 555	209 619
		<u>956 618</u>	<u>1 181 754</u>
Resultado líquido do período		<u>(58 113)</u>	<u>(68 285)</u>
Total do fundo de capital	11	<u>898 505</u>	<u>1 113 469</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	36 652	42 064
Estado e outros entes públicos	13	23 222	24 940
Financiamentos obtidos	14	500 000	519 353
Outras contas a pagar	12	167 567	194 269
Diferimentos	10	69 088	90 688
Total do Passivo		<u>796 528</u>	<u>871 315</u>
Total dos fundos patrimoniais e passivo		<u>1 695 034</u>	<u>1 984 784</u>

A Contabilista Certificada



Ana Sofia Miranda
(CC 84957)

A direção







CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

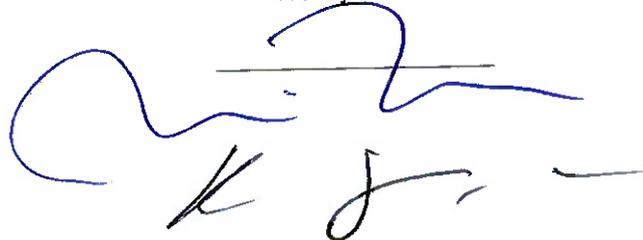
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

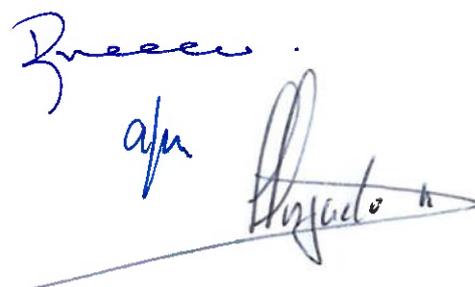
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Quotas e serviços prestados	15	246 143	229 651
Subsídios à exploração	16	427 228	545 611
Ganhos/Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	14 871	2 737
Fornecimentos e serviços externos	17	(294 554)	(419 468)
Gastos com o pessoal	18	(396 931)	(366 905)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	1 136,07	-
Outros rendimentos e ganhos	19	18 740	25 568
Outros gastos e perdas	20	<u>(16 737)</u>	<u>(20 309)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(103)	(3 115)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	<u>(34 549)</u>	<u>(42 880)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(34 651)	(45 996)
Juros e rendimentos similares obtidos	21	5 575	7 959
Juros e gastos similares suportados	22	<u>(25 810)</u>	<u>(29 075)</u>
Resultado antes de impostos		(54 886)	(67 112)
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(3 227)</u>	<u>(1 173)</u>
Resultado líquido do período		<u><u>(58 113)</u></u>	<u><u>(68 285)</u></u>

A Contabilista Certificada


Ana Sofia Miranda
(CC 84957)

A direção





CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

DESCRÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					
		Patrimônio social	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2020		-	729 934	242 538	231 336	3 643	1 207 451
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2019		-	3 643	-	-	(3 643)	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(3 980)	(21 717)	-	(25 697)
		-	3 643	(3 980)	(21 717)	(3 643)	(25 697)
						(68 285)	(68 285)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(68 285)	(68 285)
RESULTADO INTEGRAL						(68 285)	(68 285)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		-	733 577	238 558	209 619	(68 285)	1 113 469
Saldo em 1 de Janeiro de 2021		-	733 577	238 558	209 619	(68 285)	1 113 469
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2020		-	(68 285)	-	-	68 285	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-
		-	(134 160)	(4 627)	(18 064)	-	(156 851)
		-	(202 445)	(4 627)	(18 064)	68 285	(156 851)
						(58 113)	(58 113)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(58 113)	(58 113)
RESULTADO INTEGRAL						(58 113)	(58 113)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		-	531 132	233 931	191 555	(58 113)	898 505

A Contabilista Certificada

Anabela Mendes
C.C. 8497

A direção 





apm 

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

RUBRICAS	Notas	2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de quotas e clientes		181 859	192 891
Pagamentos a fornecedores		(283 111)	(248 581)
Pagamentos ao pessoal		(428 456)	(409 315)
Caixa gerada pelas operações		(529 708)	(465 004)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 173)	(2 769)
Outros recebimentos/pagamentos		620 400	794 603
Fluxos de caixa das atividades operacionais		89 519	326 829
 <u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(764)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(764)	-
 <u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		315 000	875 000
Pagamentos respeitantes a :			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(334 353)	(1 100 000)
<i>Juros e gastos similares</i>		(26 106)	(32 628)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(45 458)	(257 628)
 Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período		43 296	69 201,1
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	22 585	(46 616)
		65 881	22 585

A Contabilista Certificada


 Ana Sofia Miranda
 (CC 84957)

A direção






Valores mensais

Valores acumulados

Conta	Designação	Valores mensais		Saldo	Valores acumulados		Saldo
		Debitos	Creditos		Debitos	Creditos	
11	CAIXA	935,43	784,62	150,81	4 974,41	3 774,38	1 200,03
11.1	CAIXA A - CONTABILIDADE CCIPD	935,43	753,65	181,78	4 418,56	3 418,56	1 000,00
11.3	CAIXA C - DELEGAÇÃO DE STA. MARIA	,00	30,97	30,97 CR	555,85	355,82	200,03
12	DEPÓSITOS À ORDEM	173 950,83	177 439,20	3 488,37 CR	1 870 269,72	1 805 588,27	64 681,45
12.0	DEPÓSITOS À ORDEM - SÉRIE A	107 000,44	110 662,81	3 662,37 CR	1 507 965,31	1 443 283,86	64 681,45
12.0.1	SANTANDER TOTTA - CCIPD	106 088,94	110 632,02	4 543,08 CR	1 236 550,72	1 182 602,20	53 948,52
12.0.2	SANTANDER TOTTA - FORMAÇÃO	767,50	16,43	751,07	235 427,76	232 964,03	2 463,73
12.0.3	NOVO BANCO - CCIPD	144,00	14,36	129,64	35 986,83	27 717,63	8 269,20
21	CLIENTES	95 988,14	68 951,91	27 036,23	327 194,83	220 035,42	107 159,41
21.1	CLIENTES C/C	916,56	2 768,56	1 852,00 CR	45 496,67	28 463,27	17 033,40
21.1.1	CLIENTES GERAIS	916,56	2 768,56	1 852,00 CR	45 496,67	28 463,27	17 033,40
21.1.1.1	CLIENTES GERAIS - ASSOCIADOS	176,56	1 268,56	1 092,00 CR	33 685,46	18 359,56	15 325,90
21.1.1.1.1	CLIENTES GERAIS - NÃO ASSOCIADOS	740,00	1 500,00	760,00 CR	11 811,21	10 103,71	1 707,50
21.1.1.1.2	CLIENTES GERAIS - NÃO ASSOCIADOS	93 920,51	65 968,94	27 951,57	239 244,21	156 782,91	82 461,30
21.5	CLIENTES - QUOTAS	15,00	214,41	199,41 CR	41 317,88	6 740,82	34 577,06
21.7	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	15,00	214,41	199,41 CR	41 317,88	6 740,82	34 577,06
21.7.1	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	15,00	214,41	199,41 CR	41 317,88	6 740,82	34 577,06
21.7.1.1	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA GERAIS	1 136,07	,00	1 136,07	1 136,07	28 048,42	26 912,35 CR
21.9	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	1 025,82	,00	1 025,82	1 025,82	7 845,37	6 819,55 CR
21.9.1	DÍVIDAS DE CLIENTES DUVIDOSOS	110,25	,00	110,25	110,25	20 203,05	20 092,80 CR
21.9.2	DÍVIDAS DE QUOTAS SÓCIOS	25 905,51	43 631,14	17 725,63 CR	283 491,70	320 143,73	36 652,03 CR
22	FORNECEDORES	25 905,51	43 038,67	17 133,16 CR	282 899,23	319 551,26	36 652,03 CR
22.1	FORNECEDORES C/C	25 905,51	43 038,67	17 133,16 CR	282 899,23	319 551,26	36 652,03 CR
22.1.1	FORNECEDORES GERAIS	15 246,96	26 955,25	11 708,29 CR	161 463,91	184 553,19	23 089,28 CR
22.1.1.1	FORNECEDORES - ASSOCIADOS	10 658,55	16 083,42	5 424,87 CR	121 435,32	134 998,07	13 562,75 CR
22.1.1.2	FORNECEDORES GERAIS - NÃO ASSOCIADOS	13 474,16	25 945,61	12 471,45 CR	165 850,88	189 072,51	23 221,63 CR
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	,00	3 226,78	3 226,78 CR	1 173,00	4 399,78	3 226,78 CR
24.1	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	,00	3 226,78	3 226,78 CR	1 173,00	4 399,78	3 226,78 CR
24.1.5	APURAMENTO	,00	3 226,78	3 226,78 CR	1 173,00	4 399,78	3 226,78 CR

Conta Designação

Conta	Designação	Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
24.2	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	4 061,20	7 938,45	3 877,25 CR	51 967,95	59 906,40	7 938,45 CR			
24.2.1	I.R.S.- TRABALHO DEPENDENTE	2 813,00	5 502,00	2 689,00 CR	37 319,00	42 821,00	5 502,00 CR			
24.2.2	I.R.S.- TRABALHO INDEPENDENTE	1 098,20	2 286,45	1 188,25 CR	12 848,95	15 135,40	2 286,45 CR			
24.2.4	I.R.S.- PREDIAIS	150,00	150,00	,00	1 800,00	1 950,00	150,00 CR			
24.5	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	9 378,43	14 745,85	5 367,42 CR	112 407,11	124 463,51	12 056,40 CR			
24.5.1	C.P.P. PONTA DELGADA	9 378,43	14 745,85	5 367,42 CR	112 407,11	124 463,51	12 056,40 CR			
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	,00	,00	,00	334 352,65	834 352,65	500 000,00 CR			
25.1	INSTITUIÇÕES CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	334 352,65	834 352,65	500 000,00 CR			
25.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	,00	,00	,00	334 352,65	834 352,65	500 000,00 CR			
25.1.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS-SANTANDER TOTTA	,00	,00	,00	275 000,00	565 000,00	290 000,00 CR			
25.1.1.2	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS-NOVO BANCO	,00	,00	,00	59 352,65	269 352,65	210 000,00 CR			
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	454 583,19	313 944,55	140 638,64	1 900 235,15	1 635 543,05	264 692,10			
27.2	DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS	98 876,97	16 694,35	82 182,62	171 031,87	238 187,04	67 155,17 CR			
27.2.2	CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	98 876,97	16 694,35	82 182,62	144 054,78	211 209,95	67 155,17 CR			
27.2.2.1	CUSTOS DE FORMAÇÃO	,00	1 890,84	1 890,84 CR	3 099,76	4 990,60	1 890,84 CR			
27.2.2.2	REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR	48 216,78	5 878,98	42 337,80	75 387,77	122 169,31	46 781,54 CR			
27.2.2.2.1	FÉRIAS	24 234,43	1 959,66	22 274,77	25 407,66	48 798,43	23 390,77 CR			
27.2.2.2.2	SUB. FÉRIAS	324,94	1 959,66	1 634,72 CR	25 407,66	48 798,43	23 390,77 CR			
27.2.2.3	JUROS A LIQUIDAR	,00	1 093,84	1 093,84 CR	1 364,81	2 458,65	1 093,84 CR			
27.2.2.4	ENCARGOS SOBRE FÉRIAS, SUB. FÉRIAS E NATAL	5 534,36	874,02	4 660,34	11 331,86	21 764,14	10 432,28 CR			
27.2.2.4.1	SEG. SOCIAL FÉRIAS	186,25	,00	186,25	186,25	5 402,39	5 216,14 CR			
27.2.2.4.2	SEG. SOCIAL SUB. FÉRIAS	72,48	437,01	364,53 CR	5 665,93	10 882,07	6 956,67 CR			
27.2.2.9	OUTROS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	45 125,83	6 936,67	38 169,16	52 870,58	59 827,25	331 847,27			
27.8	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	355 706,22	297 250,20	58 456,02	1 728 438,84	1 396 591,57	417 302,45			
27.8.1	OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	328 452,45	229 754,04	98 698,41	1 465 115,38	1 047 812,93	85 455,18 CR			
27.8.2	FORMANDOS	27 253,77	67 496,16	40 242,39 CR	263 323,46	348 778,64	81 680,84 CR			
27.8.2.2	OUTROS CREDORES DIVERSOS	1 025,37	48 003,98	46 978,61 CR	73 599,42	155 280,26	3 774,34 CR			
27.8.2.4	FORMANDOS	7 290,22	4 360,70	2 929,52	61 985,49	65 759,83	148,01			
27.8.2.4.1	FORMANDOS DEVEDORES	10,00	114,94	104,94 CR	825,90	677,89				

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2021/12

U.M. EUR

Ordem - Numerica

Conta	Designação	Valores mensais		Saldo	Valores acumulados		Saldo
		Debitos	Creditos		Debitos	Creditos	
27.8.2.4.2	FORMANDOS CREDORES	7 280,22	4 245,76	3 034,46	61 159,59	65 081,94	3 922,35 CR
28	DIFERIMENTOS						
28.1	GASTOS A RECONHECER	102 464,68	75 970,18	26 494,50	288 898,65	355 197,05	66 298,40 CR
28.2	RENDIMENTOS A RECONHECER	2 219,24	,00	2 219,24	6 021,56	3 232,06	2 789,50
28.2.1	SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	100 245,44	75 970,18	24 275,26	282 877,09	351 964,99	69 087,90 CR
28.2.2	PROTOCOLOS	80 221,64	47 488,20	32 733,44	109 816,06	150 048,36	40 232,30 CR
28.2.2.1	PROTOCOLOS - RIBEIRA GRANDE	19 997,16	28 187,98	8 190,82 CR	173 034,39	201 622,63	28 588,24 CR
28.2.2.2	PROTOCOLOS - DRCI	5 956,94	8 295,00	2 338,06 CR	125 290,30	128 295,00	3 004,70 CR
28.2.2.9	OUTROS RENDMTOS A RECONHECER	14 040,22	19 892,98	5 852,76 CR	32 259,44	57 842,98	25 583,54 CR
		26,64	294,00	267,36 CR	26,64	294,00	267,36 CR
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
41.4	Investimentos noutras empresas	10 308,19	,00	10 308,19	465 903,07	,00	465 903,07
41.4.1	Participações de capital	10 244,31	,00	10 244,31	465 075,58	,00	465 075,58
41.5	Outros investimentos financeiros	10 244,31	,00	10 244,31	465 075,58	,00	465 075,58
41.5.2	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	63,88	,00	63,88	827,49	,00	827,49
		63,88	,00	63,88	827,49	,00	827,49
43	Activos fixos tangiveis						
43.1	Terrenos e recursos naturais	,00	2 204,56	2 204,56 CR	4 446 132,78	3 825 091,40	621 041,38
43.2	Edifícios e outras construções	,00	,00	,00	149 675,07	,00	149 675,07
43.3	Equipamento básico	,00	,00	,00	960 049,07	,00	960 049,07
43.5	Equipamento administrativo	,00	,00	,00	44 797,04	,00	44 797,04
43.7	Outros activos fixos tangiveis	,00	,00	,00	1 238 517,76	,00	1 238 517,76
43.8	Depreciações acumuladas	,00	2 204,56	2 204,56 CR	2 053 093,84	,00	2 053 093,84
43.8.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	,00	1 733,53	1 733,53 CR	490 658,63	44 797,05	490 658,63 CR
43.8.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	,00	,00	,00	,00	,00	44 797,05 CR
43.8.5	Equipamento administrativo	,00	90,56	90,56 CR	,00	1 238 555,90	1 238 555,90 CR
43.8.7	Outros activos fixos tangiveis	,00	380,47	380,47 CR	,00	2 051 079,82	2 051 079,82 CR
44.4	Propriedade industrial	,00	,00	,00	3 449,69	,00	3 449,69
44.8	Amortizações acumuladas	,00	,00	,00	,00	3 449,69	3 449,69 CR
	RESERVAS						

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados		Saldo
		Debitos	Creditos	Debitos	Creditos	
55	RESERVAS	,00	,00	,00	,00	1 695 200,76 CR
55.2	OUTRAS RESERVAS	,00	,00	,00	,00	1 695 200,76 CR
56	RESULTADOS TRANSITADOS	134 159,82	,00	134 159,82	,00	1 164 068,35
57	AJUSTAMOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	4 627,09	,00	4 627,09	4 627,09	238 558,26
57.1	RELACIONADOS C/ MÉTODO DA EQUIV PATRIMONIAL	4 627,09	,00	4 627,09	4 627,09	238 558,26
57.1.1	AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	4 627,09	,00	4 627,09	4 627,09	238 558,26
59	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	18 110,04	46,33	18 063,71	18 110,04	209 664,89
59.3	SUBSÍDIOS	18 110,04	46,33	18 063,71	18 110,04	207 229,16
59.9	OUTRAS	,00	,00	,00	,00	2 435,73
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	58 241,16	1 497,22	56 743,94	300 486,71	5 932,92
62.2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	42 863,48	1 497,22	41 366,26	168 693,54	5 124,67
62.2.1	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	14 006,29	,00	14 006,29	33 239,43	,00
62.2.2	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	11 226,66	1 497,22	9 729,44	29 173,71	4 833,28
62.2.3	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	,00	,00	,00	547,31	,00
62.2.4	HONORÁRIOS	17 022,32	,00	17 022,32	101 722,59	,00
62.2.4.1	FORMADORES	17 022,32	,00	17 022,32	101 316,59	,00
62.2.4.3	OUTROS	,00	,00	,00	406,00	406,00
62.2.6	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	608,21	,00	608,21	2 504,04	291,39
62.2.7	SERVIÇOS BANCÁRIOS	4 460,24	,00	4 460,24	12 320,22	149,17
62.3	MATERIAIS	15,96	,00	15,96	1 130,19	,00
62.3.1	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DESEASTE RÁPIDO	,00	,00	,00	232,00	,00
62.3.2	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	511,92	,00	511,92	5 680,08	149,17
62.3.3	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3 920,00	,00	3 920,00	3 921,00	,00
62.3.4	ARTIGOS PARA OFERTA	12,36	,00	12,36	1 356,95	,00
62.3.8	OUTROS	2 155,14	,00	2 155,14	13 694,44	,00
62.4	ENERGIA E FLUIDOS	1 993,18	,00	1 993,18	12 070,74	,00
62.4.1	ELECTRICIDADE	1 993,18	,00	1 993,18	12 070,74	,00
62.4.3	ÁGUA				1 623,70	

Valores mensais

Valores acumulados

Saldo

Debitos

Creditos

Saldo

Debitos

Creditos

Conta

Designação

Conta	Designação	Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
62.4.3	ÁGUA	161,96	,00	161,96	,00	,00	1 623,70
62.5	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	4 354,13	,00	4 354,13	60 920,44	99,00	60 821,44
62.5.1	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	91,28	,00	91,28	1 984,35	99,00	1 885,35
62.5.1.1	REFEIÇÕES	15,78	,00	15,78	15,78	,00	15,78
62.5.1.2	TRANSPORTES - NÃO DEDUTÍVEIS	,00	,00	,00	75,00	,00	75,00
62.5.1.3	VIAG. AVIÃO	,00	,00	,00	807,07	,00	807,07
62.5.1.5	ESTÁDIAS	,00	,00	,00	734,00	99,00	635,00
62.5.1.6	ESTACIONAMENTO	75,50	,00	75,50	352,50	,00	352,50
62.5.3	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	17,09	,00	17,09	17,09	,00	17,09
62.5.4	FORMANDOS	4 245,76	,00	4 245,76	58 919,00	,00	58 919,00
62.6	SERVIÇOS DIVERSOS	4 408,17	,00	4 408,17	44 858,07	560,08	44 297,99
62.6.1	RENDAS E ALUGUERES	1 088,40	,00	1 088,40	14 471,93	514,39	13 957,54
62.6.2	COMUNICAÇÃO	1 925,75	,00	1 925,75	11 101,30	,00	11 101,30
62.6.2.1	GASTOS POSTAIS	618,58	,00	618,58	2 930,14	,00	2 930,14
62.6.2.2	TELEFONE	1 246,34	,00	1 246,34	7 427,13	,00	7 427,13
62.6.2.3	VODAFONE PORTUGAL	49,04	,00	49,04	211,37	,00	211,37
62.6.2.5	INTERNET	11,79	,00	11,79	532,66	,00	532,66
62.6.3	SEGUROS	,00	,00	,00	2 503,04	,00	2 503,04
62.6.3.1	SEGURO (MULTI-RISCOS)	,00	,00	,00	1 282,31	,00	1 282,31
62.6.3.3	SEG. ACID. PESSOAIS	,00	,00	,00	1 220,73	,00	1 220,73
62.6.5	CONTENCIOSO E NOTARIADO	,00	,00	,00	300,00	,00	300,00
62.6.7	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	1 394,02	,00	1 394,02	16 030,96	45,69	15 985,27
62.6.8	OUTROS SERVIÇOS	,00	,00	,00	450,84	,00	450,84
63	GASTOS COM O PESSOAL	36 186,88	27 245,59	8 941,29	426 059,69	29 129,16	396 930,53
63.2	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	30 233,80	26 544,21	3 689,59	341 393,45	28 427,78	312 965,67
63.2.1	ORDENADOS E SALÁRIOS	28 431,97	26 544,21	1 887,76	322 002,26	28 427,78	293 574,48
63.2.1.1	ORDENADOS E SALÁRIOS	22 313,40	24 234,43	1 921,03 CR	248 366,83	26 118,00	222 248,83
63.2.1.2	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS	1 959,66	324,94	1 634,72	24 572,45	324,94	24 247,51
63.2.1.3	SUBSÍDIOS DE NATAL	1 959,66	1 984,84	25,18 CR	24 572,45	1 984,84	22 587,61
63.2.1.5	DIURNIDADES	1 451,05	,00	1 451,05	15 944,34	,00	15 944,34
	SUBS. CHEFIA						

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2021/12

Ordem - Numerica

EDUARDO

 25.2. aym

Conta	Designação	Valores mensais		Saldo	Valores acumulados		Saldo
		Debitos	Creditos		Debitos	Creditos	
63.2.1.6	SUBS. CHEFIA	748,20	,00	748,20	8 546,19	,00	8 546,19
63.2.2	REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	1 801,83	,00	1 801,83	19 391,19	,00	19 391,19
63.2.2.2	SUBSIDIO ALIMENTAÇÃO	1 801,83	,00	1 801,83	19 093,11	,00	19 093,11
63.2.2.3	AJUDAS DE CUSTO	,00	,00	,00	298,08	,00	298,08
63.4	INDEMNIZAÇÕES	,00	,00	,00	6 583,08	,00	6 583,08
63.5	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	5 926,44	701,38	5 225,06	74 186,69	701,38	73 485,31
63.5.1	TAXA SOCIAL ÚNICA	5 921,26	701,38	5 219,88	74 161,46	701,38	73 460,08
63.5.3	FUNDO COMPENSAÇÃO TRABALHO	5,18	,00	5,18	25,23	,00	25,23
63.6	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISS	,00	,00	,00	3 438,18	,00	3 438,18
63.8	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	26,64	,00	26,64	458,29	,00	458,29
64	GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	2 204,56	,00	2 204,56	34 548,68	,00	34 548,68
64.2	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2 204,56	,00	2 204,56	34 548,68	,00	34 548,68
64.2.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1 733,53	,00	1 733,53	23 888,30	,00	23 888,30
64.2.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	90,56	,00	90,56	6 064,38	,00	6 064,38
64.2.7	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	380,47	,00	380,47	4 596,00	,00	4 596,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	7 148,91	13 750,00	6 601,09 CR	29 179,20	13 750,00	15 429,20
68.1	IMPOSTOS	413,70	,00	413,70	4 817,98	,00	4 817,98
68.1.1	IMPOSTOS DIRECTOS	,00	,00	,00	1 439,18	,00	1 439,18
68.1.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	413,70	,00	413,70	3 378,80	,00	3 378,80
68.8	OUTROS	6 735,21	13 750,00	7 014,79 CR	24 361,22	13 750,00	10 611,22
68.8.1	CORRECÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	4 329,63	13 750,00	9 420,37 CR	19 857,39	13 750,00	6 107,39
68.8.2	DONATIVOS	,00	,00	,00	200,00	,00	200,00
68.8.3	QUOTIZAÇÕES	2 405,58	,00	2 405,58	3 965,58	,00	3 965,58
68.8.8	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	,00	,00	,00	338,25	,00	338,25
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	8 077,45	,00	8 077,45	25 810,20	,00	25 810,20
69.1	JUROS SUPORTADOS	3 324,57	,00	3 324,57	14 952,39	,00	14 952,39
69.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	3 323,80	,00	3 323,80	14 949,12	,00	14 949,12
69.1.5	JUROS DE MORA E COMPENSATÓRIOS	,77	,00	,77	3,27	,00	3,27

BALANÇETE DO SETIMO NIVEL EM 2021/12

U.M. EUR

Ordem - Numerica

Valores mensais

Valores acumulados

Saldo

Creditos

Debitos

Saldo

Creditos

Debitos

Designação

Conta

Saldo

Creditos

Debitos

Saldo

Creditos

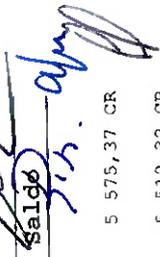
Debitos

Designação

Conta

Conta	Designação	Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
69.8	OUTROS GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	4 752,88	,00	4 752,88	10 857,81	,00	10 857,81
69.8.8	OUTROS	4 752,88	,00	4 752,88	10 857,81	,00	10 857,81
71	QUOTAS	294,00	93 290,01	92 996,01 CR	327,00	163 430,14	163 103,14 CR
71.1	QUOTAS ORDINARIAS	294,00	93 290,01	92 996,01 CR	327,00	163 430,14	163 103,14 CR
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	19 826,90	52 764,89	32 937,99 CR	36 050,50	119 089,95	83 039,45 CR
72.1	FORMAÇÃO MODULAR DE ATIVOS	,00	950,00	950,00 CR	5,00	52 885,50	52 880,50 CR
72.5	OUTROS SERVIÇOS	,00	51 814,89	51 814,89 CR	219,89	66 204,45	65 984,56 CR
72.8	DESCONTOS E ABATIMENTOS	19 826,90	,00	19 826,90	35 825,61	,00	35 825,61
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	,00	233 295,69	233 295,69 CR	7,80	427 235,87	427 228,07 CR
75.1	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	,00	233 295,69	233 295,69 CR	7,80	427 235,87	427 228,07 CR
75.1.1	PO ACORES 2020 - FSE	,00	111 608,88	111 608,88 CR	,00	236 703,90	236 703,90 CR
75.1.2	PO ACORES 2020 - FEDER	,00	14 174,33	14 174,33 CR	,00	14 174,33	14 174,33 CR
75.1.4	OUTROS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	,00	79 632,46	79 632,46 CR	7,80	107 547,41	107 539,61 CR
75.1.5	MACINTERREG	,00	26 025,77	26 025,77 CR	,00	29 863,85	29 863,85 CR
75.1.6	ENN	,00	1 854,25	1 854,25 CR	,00	38 946,38	38 946,38 CR
76	REVERSÕES	,00	1 136,07	1 136,07 CR	,00	1 136,07	1 136,07 CR
76.2	DE PERDAS POR IMPARIDADE	,00	1 136,07	1 136,07 CR	,00	1 136,07	1 136,07 CR
76.2.1	EM DÍVIDAS A RECEBER	,00	1 136,07	1 136,07 CR	,00	1 136,07	1 136,07 CR
76.2.1.1	CLIENTES	,00	1 136,07	1 136,07 CR	,00	1 136,07	1 136,07 CR
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1 353,94	33 657,77	32 303,83 CR	1 353,94	33 657,97	32 304,03 CR
78.5	RENDIMENTOS E GANHOS SUBSID, ASSOCIADAS EMPR CONJ DIVIDENDOS	,00	14 871,40	14 871,40 CR	,00	14 871,40	14 871,40 CR
78.5.1	OUTROS	,00	14 871,40	14 871,40 CR	,00	14 871,40	14 871,40 CR
78.8	CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	1 353,94	18 786,37	17 432,43 CR	1 353,94	18 786,57	17 432,63 CR
78.8.1	IMP. SUBSÍDIOS P/ INVESTMTO	1 307,61	,00	1 307,61 CR	1 307,61	,00	1 307,61
78.8.3	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	46,33	18 110,04	18 063,71 CR	46,33	18 110,04	18 063,71 CR
78.8.8	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	,00	676,33	676,33 CR	,00	676,53	676,53 CR

CNT019 - 7

Saldo

 512,32

Saldo

Creditos

Debitos

Saldo

Creditos

Debitos

Conta	Designação	Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDMTO SIMILARES	,00	5 512,32	5 512,32 CR	,00	5 575,37	5 575,37 CR
79.1	JUROS OBTIDOS	,00	5 512,32	5 512,32 CR	,00	5 512,32	5 512,32 CR
79.1.1.3	DE FINANCIAMTO CONC A ASSOCIADAS E EMPREEN CONJ	,00	5 512,32	5 512,32 CR	,00	5 512,32	5 512,32 CR
79.8	OUTROS RENDIMTOS E GANHOS FINANCIAMENTO	,00	,00	,00	,00	63,05	63,05 CR
79.8.8	OUTRAS	,00	,00	,00	,00	63,05	63,05 CR
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 226,78	,00	3 226,78	71 511,83	68 285,05	3 226,78
81.2	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	3 226,78	,00	3 226,78	3 226,78	,00	3 226,78
81.2.1	IMPOSTO ESTIMADO PARA O PERÍODO	3 226,78	,00	3 226,78	3 226,78	,00	3 226,78
	Saldos a debito			530 235,76			7 507 379,49
	Saldos a credito			530 235,76			7 507 379,49
	Total Geral	1 243 330,67	1 243 330,67	,00	12 894 229,14	12 894 229,14	,00

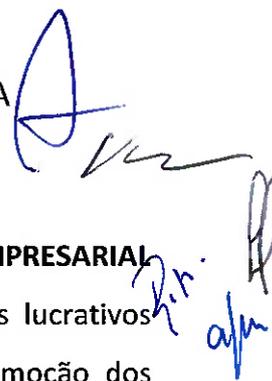
CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA



R.T.
ajm



Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021 e 2020



1. Identificação da entidade

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA (ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA) é uma associação sem fins lucrativos constituída em 1835, que tem por objeto a representação, defesa e promoção dos interesses da indústria, comércio e serviços, quer económicos, sociais, profissionais e culturais dos seus associados.

Tem a sua sede social na Rua Ernesto do Canto, nº 13, freguesia de S. Pedro, concelho de Ponta Delgada.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), de acordo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF - ESNL) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC - ESNL. Sempre que o SNC – ESNL não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às NCRF e demais legislação complementar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

3.1 Bases de apresentação e de mensuração

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio no pressuposto da continuidade das operações da Associação, de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas e de perdas por imparidade. As amortizações são calculadas às taxas fiscalmente autorizadas, as quais foram estabelecidas para, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, amortizarem os ativos fixos tangíveis durante o período da sua vida útil estimado.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos fixos em exploração são considerados como gastos no ano em que ocorrem.

3.2.2 Imparidade de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da associação são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.3 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

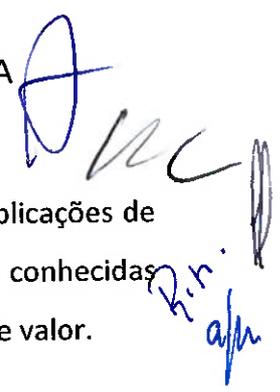
3.2.4 Clientes e outros créditos a receber

As dívidas dos clientes e de outros créditos a receber estão mensuradas ao valor nominal deduzidas das perdas de imparidade acumuladas, as quais são calculadas quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

As dívidas dos clientes e de outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.5 Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou as outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



3.2.6 Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

3.2.7 Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

3.2.8 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Associação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados.

São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Associação desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.9 Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os

montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubrica Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

3.2.10 Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, líquido de impostos e descontos sendo reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da mesma.

3.2.11 Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associados.

Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada ao respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar, para projetos com candidaturas aprovadas neste período, reconhecesse o acréscimo de rendimentos para os períodos subsequentes.

3.2.12 Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho suplementar, subsídio de alimentação, diuturnidades, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por

contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

O direito a férias e subsídios de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de liquidação do Imposto sobre o Rendimento (IRC) nas operações diretamente relacionadas com os seus associados.

3.2.14 Provisões e ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

3.2.15 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização das rubricas de clientes e outros créditos a receber que geralmente estão relacionadas com projetos financiados por entidades públicas, no estabelecimento do risco de crédito associado a esses ativos e não aceitação da elegibilidade das despesas; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e (iii) na recuperação das participações financeiras que são mensuradas pelo método do custo.

3.2.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e descobertos bancários, como se indica:

	2021	2020
Numerário	1 200	1 187
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	64 681	21 399
	<u>65 881</u>	<u>22 585</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2021 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

[Handwritten signatures and initials]

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os capitais próprios da participada Profeiras - Feiras e Exposições, SU, Lda., detida exclusivamente pela Associação resumem-se como seguem:

Exercício	Capital subscrito	Capital Próprio	Resultado líquido
2020	50 000	435 115	2 737
2021	50 000	445 359	14 871

A Associação reforçou os capitais próprios desta participada em 75.000 euros em 26 de novembro de 2007 e em 1 de março de 2020 com o montante de 25.000 euros, sob a forma de prestações suplementares, que não vencem juros e nem têm período de reembolso definido.

As principais transações havidas com esta participada durante o ano foram as seguintes:

	2021	2020
Prestação de serviços	19 351	19 028
Fornecimento e serviços externos	-	(8 226)
Juros obtidos	5 512	7 972

Os saldos com esta participada estão mostrados nas seguintes contas do balanço:

	2021	2020
Outros créditos a receber	78 101	109 990
Outras dívidas a pagar	44 127	1 828

Conforme indicado na Nota 21, na rubrica de Juros obtidos estão registados os juros debitados à participada PROFEIRAS referente ao saldo médio mensal vencido no período decorrido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, no montante de 5.512 euros (2020 – 7.972 euros).

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A
R.M.
R.N.
9/10

Relativamente aos restantes ativos financeiros as principais transações no ano foram as seguintes:

	2021	2020
ARDE:		
Quotizações	1 500	1 500
CCIA:		
Quotizações	2 406	17 218

7. Ativos fixos tangíveis

Em 31 dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nesta rubrica podem ser assim resumidos:

	Saldo Inicial 01/01/2021	Aumentos	Saldo Final 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	149 675	-	149 675
Edifícios e outras construções	960 049	-	960 049
Equipamento básico	44 797	-	44 797
Equipamento administrativo	1 238 518	-	1 238 518
Outros ativos fixos tangíveis	2 052 329	764	2 053 094
Total	4 445 368	764	4 446 133
Depreciação Acumulada			
Edifícios e outras construções	466 770	23 888	490 659
Equipamento básico	44 797	-	44 797
Equipamento administrativo	1 232 492	6 064	1 238 556
Outros ativos fixos tangíveis	2 046 484	4 596	2 051 080
Total	3 790 543	34 549	3 825 091
	654 826		621 041
	Saldo Inicial 01/01/2020	Aumentos	Saldo Final 31/12/2020
Terrenos e recursos naturais	149 675	-	149 675
Edifícios e outras construções	960 049	-	960 049
Equipamento básico	44 797	-	44 797
Equipamento administrativo	1 238 518	-	1 238 518
Outros ativos fixos tangíveis	2 052 329	-	2 052 329
Total	4 445 368	-	4 445 368
Depreciação Acumulada			
Edifícios e outras construções	441 330	25 441	466 770
Equipamento básico	44 797	-	44 797
Equipamento administrativo	1 220 065	12 426	1 232 492
Outros ativos fixos tangíveis	2 041 471	5 013	2 046 484
Total	3 747 662	42 880	3 790 543
	697 706		654 826

A
cc
R.N.
afm

8. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica Participações financeiras decompõem-se da seguinte forma:

Entidade	2021	2020
AAFTH - Associação Açoreana Formação Turística e Hoteleira	12 500	12 500
ENTA - Escola de Novas Tecnologias	1 000	1 000
ARDE- Associação Regional para o Desenvolvimento	4 364	4 364
APDA - Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	1 000	1 000
CCIA - Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	852	852
Mensurados ao custo	19 716	19 716
Profeiras - Feiras e Exposições, Soc. Unip., Lda	445 359	435 115
	<u>465 075</u>	<u>454 831</u>

Relativamente à PROFEIRAS, onde a Associação é sócia única com um capital social de 50.000 euros, os capitais próprios foram reforçados em 100.000 euros, em 75.000 euros em 2007 e 25.000 euros em 1 de março de 2020, sob a forma de prestações suplementares, que não vencem juros e nem têm período de reembolso definido, a participação financeira está mensurada pelo método de equivalência patrimonial e teve o seguinte movimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Saldo Inicial	335 115	336 357
Apropriação de resultados	14 871	2 737
Outras variações nos fundos patrimoniais	(4 627)	(3 980)
Participação financeira	345 359	335 115
Prestações suplementares	100 000	100 000
	<u>445 359</u>	<u>435 115</u>

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A. V. C.
P. n. d.
afm

9. Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Clientes e outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Contas a receber de clientes	17 326	18 255
Contas a receber de clientes - quotas	82 461	74 621
Contas a receber de clientes cobrança duvidosa	34 577	41 303
Perdas por imparidade das contas a receber	<u>(26 912)</u>	<u>(28 048)</u>
Contas a receber de clientes	<u>107 452</u>	<u>106 130</u>
Contas a receber de outros devedores:		
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	15 118	21 772
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional	145 307	401 932
DREQP - Fundo Regional do Emprego	23 803	7 476
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	31 543	63 977
Profeiras	78 101	109 990
Direção Regional Apoio Investimento e Competividade	-	13 750
Câmara Municipal de Ribeira Grande	14 618	46 225
Câmara Municipal de Vila do Porto	8 495	6 623
Município de Ponta Delgada	1 424	7 541
Câmara do Comércio da Horta	7 382	7 382
Formandos	148	506
MAC INTERREG	39 757	27 339
Outros	<u>66 269</u>	<u>27 626</u>
Saldo outros créditos a receber	<u>431 966</u>	<u>742 139</u>

O saldo da entidade financiadora do Fundo Social Europeu teve o seguinte movimento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Saldo Inicial	401 932	473 780
Correções de anos anteriores	(4 182)	-
Erros de anos anteriores	(120 410)	-
Recebimentos do ano	(346 737)	(523 574)
Transferência de diferimentos	(22 000)	50 400
Subsídios à Exploração (Nota 16)	236 704	401 325
Saldo a 31 de dezembro	<u>145 307</u>	<u>401 932</u>

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A *U* *C*
R. n.
afm

Como se infere acima, ocorreram erros e correções das estimativas efetuadas em anos anteriores, tendo as derivadas de erros sido corrigidas por resultados transitados (Nota11).

A rubrica Perdas por imparidades acumuladas teve o seguinte movimento no ano:

	2021	2020
Saldo Inicial	28 048	28 048
Reversão no ano	(1 136)	-
	<u>26 912</u>	<u>28 048</u>

Não obstante, a antiguidade relativa de alguns saldos a receber, a Direção está expectável que não possam ocorrer perdas significativas da recuperação destes saldos.

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS	2021	2020
Ativos		
Seguros	2 638	2 142
Assinatura jornal/software	151	1 090
Total	<u>2 790</u>	<u>3 232</u>
Passivos		
Subsídios à exploração	69 088	90 688
Total	<u>69 088</u>	<u>90 688</u>

Na rubrica de Subsídios à exploração estão registadas as verbas já aprovadas e não utilizadas no âmbito de diversos e protocolos:

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A
U
✓
Rin.
ep

	Valor Apoio/Protocolo	Transf. para resultados	Despesas não realizadas
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2021	90 688		
Protocolo Nordeste	15 485	15 485	
CM Ribeira Grande Vales 2021	8 295	5 290	-
CM Ribeira Grande - Sabores Locais	80 000	79 333	667
CM Ribeira Grande -VALES	-	12 353	14 447
PAE Rabo de Peixe	40 000	16 245	23 755
DRCI CC20_21	37 950	26 807	-
DRCI CC21_22	19 893	5 452	-
Protocolo Comércio Vila do Porto	1 872	9 766	-
Protocolo Explore Santa Maria	-	1 108	-
Município de Ponta Delgada	-	7 967	-
EEN	-	1 854	-
SRJQPE	10 000	10 000	-
Form.Açores	47 488	3 000	-
Qualifica	-	27 320	22 000
Outros	294	27	-
	<u>261 277</u>	<u>222 008</u>	<u>60 869</u>
Saldo Final a 31 de dezembro de 2021	<u>69 088</u>		

	Valor Apoio/Protocolo	Transf. para resultados	Despesas não realizadas
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2020	183 007		
Protocolos			
Município de Ponta Delgada	12 569	3 178	-
Protocolo Comércio Vila do Porto	14 628	1 439	-
Venha jantar à Ribeira Grande	25 000	24 587	-
Comércio RG Vales	28 725	1 925	-
Qualifica +	60 000	10 680	-
Protocolo Explore Santa Maria	15 000	11 076	-
EEN	32 060	37 254	-
PO Açores	-	-	190 161
	<u>187 982</u>	<u>90 139</u>	<u>190 161</u>
Saldo Final a 31 de dezembro de 2020	<u>90 688</u>		

As verbas não utilizadas do programa formação Qualifica+ referem-se a horas de formação aprovadas e não executadas. Considerando a natureza e especificidade dos protocolos celebrados com o Município da Ribeira Grande foram considerados concluídos, reconhecendo as verbas não utilizadas.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 Piri. [initials]
 afm

11. Movimentos de fundos patrimoniais

Os associados não têm qualquer interesse direto ou indireto nos resultados apurados na atividade associativa, pelo que, a rubrica de resultados transitados acumula os resultados apurados anualmente que tiveram o seguinte movimento no ano:

Em 31 de dezembro de 2021

	Saldo inicial	Aumentos do ano	Diminuições do ano	Saldo final
Resultados transitados	733 577	(202 445)	-	531 132
Ajustamentos em ativos financeiros	238 558	(4 627)	-	233 931
Subsídios ao investimento	209 619	-	(18 064)	191 555
	<u>1 181 754</u>	<u>(207 072)</u>	<u>(18 064)</u>	<u>956 618</u>
Resultados do ano	<u>(68 285)</u>	<u>(58 552)</u>	<u>68 285</u>	<u>(58 113)</u>
	<u><u>1 113 469</u></u>	<u><u>(265 624)</u></u>	<u><u>50 221,34</u></u>	<u><u>898 505</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo inicial	Aumentos do ano	Diminuições do ano	Saldo final
Resultados transitados	729 934	3 643	-	733 577
Ajustamentos em ativos financeiros	242 538	(3 980)	-	238 558
Subsídios	231 336	-	(21 717)	209 619
	<u>1 203 809</u>	<u>(337)</u>	<u>(21 717)</u>	<u>1 181 754</u>
Resultados do ano	<u>3 643</u>	<u>(68 285)</u>	<u>(3 643)</u>	<u>(68 285)</u>
	<u><u>1 207 451</u></u>	<u><u>(68 622)</u></u>	<u><u>(25 360)</u></u>	<u><u>1 113 469</u></u>

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Resultados transitados contempla 120 410 euros respeitantes à correção de erros de estimativa do Fundo Social Europeu que foram considerados elegíveis e 13.750 euros do protocolo Qualimaçores.

Os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovados pelos associados na Assembleia Geral realizada em 29 de junho de 2021.

12. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta conta era assim representado:

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

	2021	2020
Fornecedores		
Fornecedores gerais	23 089	16 992
Fornecedores gerais - não sócios	<u>13 563</u>	<u>25 073</u>
	<u>36 652</u>	<u>42 064</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Custos de formação	1 891	3 100
Remunerações a liquidar	57 214	59 257
Juros a liquidar	1 094	1 365
Outros credores por acréscimos de gastos	<u>6 957</u>	<u>52 871</u>
	<u>67 155</u>	<u>116 592</u>
Formandos	3 922	6 163
Câmara Municipal de Nordeste	14 515	-
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	36 955	69 137
Profeiras	44 127	1 828
Outros credores	<u>598</u>	<u>549</u>
	<u>100 119</u>	<u>77 677</u>
Saldo outras contas a pagar	<u>167 274</u>	<u>194 269</u>

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Saldos credores		
Imposto sobre Rendimento - TA	3 227	1 173
Retenção de impostos rendimentos	7 788	8 177
Contribuições para segurança social	12 056	15 440
Outras contribuições	<u>150</u>	<u>150</u>
Total	<u>23 222</u>	<u>24 940</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), contudo é tributada autonomamente, de acordo com o previsto no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (ou 5 anos no que respeita a segurança social).

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 existem duas contas correntes caucionadas de montante autorizado de 500.000 euros e 300.000 euros que são remuneradas à taxa Euribor de 12 meses, acrescidas de uma margem de 3,5 pontos e 2,15 pontos percentuais e cujos saldos utilizados eram de 290.000 euros e 210.00 euros, respetivamente.

15. Rédito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta conta era assim representado:

	2021	2020
Quotas	163 103	159 744
Formação Modular de ativos	52 881	69 907
Outros Serviços	30 159	-
	<u>246 143</u>	<u>229 651</u>

16. Subsídios à exploração

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor dos subsídios à exploração é proveniente dos seguintes projetos financiados:

	2021	2020
FSE - Escola Profissional	223 403	366 197
FSE - Formação de ativos	13 301	35 129
PO Açores- FEDER	14 174	-
Protocolos e contratos	165 386	125 185
Apoios COVID	<u>10 964</u>	<u>19 100</u>
Saldo a 31 de dezembro	<u>427 228</u>	<u>545 611</u>

A 31 de dezembro de 2021 estavam registados subsídios respeitantes a apoios COVID 19, totalizando 10 964 euros (em 2020 – 19 100 euros).

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição desta rubrica era:

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
Trabalhos Especializados	33 239	48 971
Publicidade e Propaganda	24 340	13 975
Vigilância e Segurança	547	497
Honorários	101 723	111 043
Conservação e Reparação	1 506	2 315
Serviços Bancários	2 213	3 568
Outros	-	45 000
Materiais	12 171	33 596
Energia e fluídos	13 694	13 207
Deslocações, estadas e transportes	60 821	85 430
Serviços diversos	44 298	61 865
Total	294 554	419 468

Em Outros está reconhecido um gasto de 45.000 euros relacionados com os festejos de fim de ano, que inicialmente iriam ser suportados pela Profeiras no âmbito dos serviços a prestar.

Em Deslocações e Estadas estão reconhecidos gastos de 58 919 euros relacionados com os subsídios a formandos da escola profissional (em 2020 – 80 259,75 euros).

18. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal ocorridos durante o ano foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2021	2020
Remuneração do pessoal	312 966	303 327
Encargos sobre remunerações do pessoal	73 485	61 815
Indemnizações	6 583	-
Seguro de acidentes de trabalho	3 438	1 234
Outros Gastos	458	529
Total	396 931	366 905

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existiam 21 trabalhadores e 23 trabalhadores, respetivamente. Os membros da Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal exercem as suas funções sem auferirem qualquer remuneração.

19. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Recuperação de dívidas a receber	-	52
Correções relativas a períodos anteriores	-	10
Imputação subsídio p/ investimentos (Nota 11)	18 064	24 153
Outros	677	1 354
Total	18 740	25 568

20. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição desta rubrica resumia-se como segue:

Outros gastos e perdas	2021	2020
Impostos	4 818	6
Correções relativas a períodos anteriores	7 415	1 500
Donativos	200	-
Quotizações	3 966	18 778
Outros	338	26
Total	16 737	20 309

As quotizações ordinárias referem-se aos seguintes montantes:

	2021	2020
CCIA	2 406	17 218
ARDE	1 500	1 500
Associação de Bom. Vol. Ponta Delgada	60	60
	3 966	18 778

21. Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Juros obtidos de financiamentos a associadas (Nota 6)	5 512	7 949
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamento	63	10
Total	5 575	7 959

Para o cálculo foram considerados os valores dos juros comerciais, aplicados ao saldo médio mensal devedor da Profeiras, Lda.

22. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Juros suportados	14 952	17 922
Outros gastos similares	10 858	11 153
Total	25 810	29 075

23. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 14 de março de 2022.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CÂMARA DO COMERCIO E INDUSTRIA DE PONTA DELGADA (ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA)** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.695.034 euros e um total dos fundos patrimoniais de 898.505 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 58.113 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas

Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

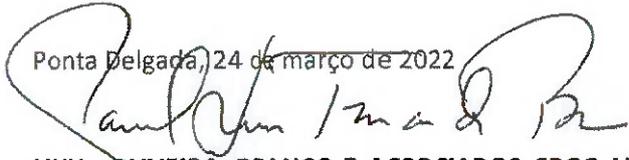
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais em vigor, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 24 de março de 2022


UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)